



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8452 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO ESTADO DE GOIÁS: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, ACADÊMICO E SITUAÇÃO PROFISSIONAL

Rosiris Pereira de Souza - UFG - Universidade Federal de Goiás

Milna Martins Arantes - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA

Ivone Garcia Barbosa - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO ESTADO DE GOIÁS: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, ACADÊMICO E SITUAÇÃO PROFISSIONAL

Este estudo teve como objetivo nos aproximar da realidade objetiva dos professores, a fim de delinear o perfil sociodemográfico, acadêmico e profissional dos professores que atuam na Educação Infantil no estado de Goiás e analisá-lo diante da conjuntura neoliberal e das políticas públicas para a Educação Nacional. Nosso recorte abarcou um grupo de 52 professores-cursistas que participaram do curso de Formação Continuada realizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos da Universidade Federal de Goiás, período entre 2014-2016, nos municípios de Senador Canedo, Jataí, Cristalina, Firminópolis e São Luís de Montes Belos.

A caracterização dos professores é um processo complexo e encontra-se em permanente movimento, compreender os meandros de sua formação e profissionalização exige um olhar atento ao outro, sua trajetória de vida, os desafios colocados nacionalmente para o trabalho docente, carreira, valorização, formação e condição de trabalho. Segundo os estudos de Alves (2007; 2012) o perfil profissional de um grupo de professores pode revelar especificidades, sua condição de vida, desafios e perspectivas, assim como possibilitar conhecer o movimento de identificação de um grupo e a diferenciação dele com outros grupos; integra a construção identitária profissional, permitindo melhor compreensão das condições históricas, da forma de organização, das tendências e mudanças de uma categoria de profissional.

A primeira característica que compõe o perfil dos professores que atuam na Educação

Infantil em nosso estado refere-se ao predomínio da atuação feminina no atendimento às crianças nos municípios pesquisados, 98,07% dos professores são mulheres e apenas 1,92% são homens. Historicamente a feminização do trabalho docente, em especial na Educação Infantil, vincula-se às chamadas “características femininas”, próprias da constituição histórica do papel da mulher e das relações entre o masculino e o feminino. Nessa perspectiva, o trabalho docente feminino se estabelece atravessado pela interdependência magistério-domesticidade, maternidade-mãe-professora, trabalho-doação, vocação feminina e aluno(a)-filho(a), constituindo-se, nas palavras de Hypólito (1997, p. 57), “numa combinação entre vocação/ensino/maternidade/funções domésticas”.

A inserção da mulher no mercado de trabalho encontra-se também relacionada à possibilidade ou não de conciliação entre a vida profissional e as tarefas domésticas. Nesse sentido, o exercício do magistério permitia, e ainda permite, que as mulheres/professoras realizassem “suas” tarefas como dona de casa, esposa e mãe em concomitância com a prática docente. Quanto a esse debate é importante abrir um parêntese para os estudos de Hirata e Kergoal (2007), em que a ideia de conciliação evidencia relações assimétricas de poder entre os gêneros e a clivagem entre os tradicionais papéis masculinos e femininos, nos qual as mulheres assumem dupla jornada: trabalho profissional e trabalho doméstico, sendo o último considerado invisível, sem reconhecimento, realizado em nome do amor e do dever materno.

A segunda caracterização refere-se à identificação com a classe-que-vive-do-trabalho, entendendo que esse termo melhor caracteriza a forma de ser da classe trabalhadora na atualidade. Na perspectiva de Antunes (2009), é preciso ter ciência de que o trabalho como categoria ontológica não se encerra na atualidade, mas se complexifica. O autor afirma que a classe-que-vive-do-trabalho, na atualidade, inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho: os trabalhadores produtivos (os que produzem diretamente mais valia / criam valor de troca), e os trabalhadores improdutivos (cuja a natureza do trabalho vincula-se ao valor de uso/a prestação de serviço, inseridos nos setores de serviços públicos, bancos, turismo, comércio etc.).

Segundo os dados da nossa pesquisa, trinta participantes trabalharam em diversas profissões antes de se tornarem professoras, ou seja, 57,69% dos participantes; vinte professoras se profissionalizaram como profissionais e professores da educação, 32,46%; e duas professoras não informaram acerca da inserção inicial no mercado de trabalho, 3,84%. As professoras pesquisadas atuaram em diferentes profissões no início de sua inserção no mercado de trabalho, a saber: empregada doméstica; auxiliar administrativa, digitadora; atendente em loja; manicure, trabalho na zona rural; babá, serviços gerais; garçone; balconista, diarista, costureira; salgadeira, balconista, entre outros, antes de ingressarem como professoras ou profissionais da educação nas redes municipais de educação.

É importante ressaltar que historicamente essas profissões foram e ainda são assumidas pela população de menor poder aquisitivo, aqui entendida como classe-que-vive-do-trabalho, e que geram menor nível de renda. Essas profissões assumidas, geralmente, não alcançavam, em sua maioria, renda mensal equivalente a um salário mínimo, não ofereciam estabilidade profissional como no serviço público municipal, planos de carreira e de saúde, entre outros. Podemos inferir que para a maioria das professoras em evidência, ser professora representou melhoria salarial e maior qualidade de vida.

Contudo, é preciso enfatizar que a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, passa necessariamente pela equiparação de seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente (meta 17 do PNE/2014). Em 2017 a equiparação salarial atingiu um percentual de 74,8%. Tendo em vista que nos encontramos imersos em um projeto econômico e político que congelou os gastos públicos

por 20 anos, a tendência é o achatamento dos investimentos na saúde e educação, isto impedirá a equiparação salarial prevista de 100% para 2020.

No que concerne à formação inicial das professoras, nossa pesquisa evidenciou que 92% das professoras são pedagogas; 3,84% responderam ter formação em Magistério e em outro curso de licenciatura plena (História e Letras); uma professora é formada em Educação Física (1,92%) e uma cursou Normal Superior (1,92%). Embora nossa amostragem tenha revelado professoras com formação em nível superior, essa não é a realidade em nosso estado, nem em nosso país. Conforme dados disponibilizados pelo site do PNE em Movimento e do 2º Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2018), a proporção de professores(as) que atuam na Educação Infantil com formação em nível superior no estado de Goiás é de 54,8%.

Em relação à formação em nível de pós-graduação e à formação continuada, os dados de nossa pesquisa convergem com o 2º Relatório de Monitoramento das Metas do PNE (2018), há uma prevalência de professores(as) especialistas em detrimento da pós-graduação estrito sensu. Ao serem questionados acerca da participação em cursos de formação continuada, os professores evidenciaram em suas respostas os seguintes percentuais: 40,38% das professoras afirmaram participar dos cursos; 44, 23% afirmaram que algumas vezes participam, 7,69% responderam que raramente participam e outros 7,69% não responderam.

Destacamos que, conforme 2º Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2018), o estado de Goiás alcançou o percentual de 28,9% de professores (as) da educação básica que realizaram cursos de formação continuada, no período entre 2013-2016. É importante considerar que são as redes públicas de educação as que mais promoveram a formação dos professores, tanto em nível de pós-graduação quanto em formações continuadas (BRASIL, 2018).

Os dados evidenciados têm como objetivo auxiliar na apreensão (parcial) do perfil das professoras que participaram de nossa pesquisa, isto é, ajudar-nos a conhecer um pouco do movimento de identificação desse grupo, suas inter-relações e relações com os demais professores goianos e brasileiros: suas condições históricas e formas de organização, tendências e mudanças de uma categoria de profissional. Nessa perspectiva, Oliveira (2004; 2008) ressalta que o trabalho docente encontrar-se subordinado aos ditames do mercado capitalista neoliberal, portanto encontra-se atravessado pelo congelamento de verbas; pela precarização da formação e valorização de professores (as) e demais profissionais da educação; perda da autonomia profissional e didático-pedagógica; ausência de estrutura física adequadas de trabalho; pelo aumento de contratos temporários nas instituições educativas; não cumprimento do piso salarial; pela perda das garantias trabalhistas e flexibilização das leis trabalhistas; falta de reconhecimento e valorização do trabalho docente, provocando nos professores sensação de insegurança, desamparo e sujeição.

Diante dessas constatações, é necessário garantir um Sistema Nacional de Educação que articule, de forma cooperativa, os entes Federados: municípios, estados, distrito federal e União, com vista a garantir condições de trabalho adequadas às novas demandas educacionais, assim como, estabelecer um campo profissional seguro e valorizado, por meio de concursos públicos e plano de carreira, formação inicial em nível superior, formação continuada que estabeleça nexos com a profissão e área de atuação, remuneração compatível com um padrão de vida digno, assim como, o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento de educação (dedicação exclusiva). Estas condições de trabalho, ainda que previstas no Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), estão sujeitas aos interesses econômicos e as políticas neoliberais em curso, portanto, encontram-se longe de ser realidade nas redes públicas de educação básica do país, mas podem se constituir como um horizonte

utópico.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Professoras. Perfil profissional.

Referências:

ALVES, Nancy N. de Lima. Coordenação pedagógica na educação infantil: trabalho e identidade profissional na rede municipal de ensino de Goiânia. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2007.

_____. Trabalho docente na educação infantil em Goiás. In: OLIVEIRA, João Ferreira; Oliveira, Dalila Andrade; VIERA, Lívia Fraga (orgs). Trabalho Docente na Educação Básica em Goiás, Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012, p. 175-196.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p.595-609, Set./Dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br> Acesso em: 27/09/2016.

HYPOLITO, A.L.M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, Dalila. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação e Sociedade. Campinas, vol.25, n. 89, p. 1127-1144, set/dez. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 27/09/2016.

_____. O trabalho docente na América Latina: Identidade e profissionalização. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 2 n. 2-3, p.29 -39, Jan./Dez. 2008. Disponível em <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 27/09/2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018. – Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br> Acesso em: 04 agosto2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br> Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.